

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBA
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR N. 022 / 96

" Concede benefícios fiscais, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, faço saber que a CAMARA MUNICIPAL Decreta e EU sanciono a presente Lei.

Art. 1o - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, bem como as Taxas lançadas em conjunto com o presente tributo, referente ao Exercício de 1996, poderão ainda ser recolhidos, se observadas as seguintes condições:

Inc. I - Com 30 % (trinta por cento) de desconto, se recolhido numa única parcela, até o dia 20 de novembro de 1996, desde que não possua quaisquer débitos para com a Fazenda Municipal, inscritos ou não na Dívida Ativa.


Inc. II - Com 20 % (vinte por cento) de desconto, se recolhido em duas parcelas, com vencimento nos dias 20 de novembro e 20 de dezembro de 1996, desde que preencha os requisitos contidos no inciso anterior.

Inc. III - Com 15 % (quinze por cento) de desconto, se recolhido numa única parcela, até o próximo dia 20 de novembro, quando o contribuinte não atenda as condições estabelecidas no inciso primeiro.

Par. 1o - O contribuinte que optou pelo recolhimento parcelado, quando do lançamento do respectivo imposto, poderá recolher o saldo remanescente, seguindo as mesmas prescrições contidas no presente artigo.

Par. 2o - (VETADO)

Art. 2o - Ficam convalidados os recolhimentos efetuados, referente aos valores lançados no IPTU de 1996, até a data da publicação da presente lei.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3o - Os débitos de natureza tributária, inscritos ou não em dívida ativa, cujos fatos geradores ocorreram até o dia 31 de março do corrente, poderão ser pagos com anistia de:

Inc. I - 75 % (setenta e cinco por cento) dos acréscimos moratórios, se recolhidos numa única parcela, até o dia 20 de novembro de 1996;

Inc. II - 40 % (quarenta por cento) dos acréscimos moratórios, se recolhidos em duas parcelas, com vencimento no dia 20 dos meses de novembro e de dezembro do corrente ano.

Par. único - O prazo estabelecido nos incisos acima poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que não ultrapasse o exercício financeiro de 1996.

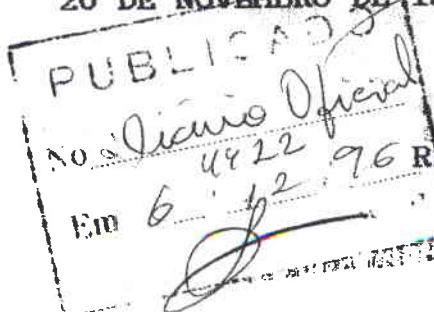
Art. 4o - Findo o prazo estipulado nos artigos primeiro e terceiro da presente lei, o débito será inscrito na Dívida Ativa, nos termos das disposições estabelecidas nos artigos 126 e 127 do Código Tributário Municipal, para posterior cobrança judicial.

Art. 5o - O contribuinte que, em 31 de Dezembro de 1996, possuir débitos para com o Erário Municipal, não fará jus, a partir do exercício financeiro de 1997, ao recebimento de incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer natureza.

Art. 6o - Ficam isentos, a partir do ano de 1997 do Recolhimento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), os contribuintes proprietários de um único imóvel, até 70m² (setenta metros quadrados).

Art. 7o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBA
20 DE NOVEMBRO DE 1996**



**RICARDO CHIMIRRI CANDIA
PREFEITO MUNICIPAL**

